SENADO FEDERAL

(*) MENSAGEM
Nº 245, DE 2010
(nº 473/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Sultanato de Omã.

Os méritos da Senhora Mitzi Gurgel Valente da Costa que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de agosto de 2010.

(*) Republicado para fazer constar a matéria na íntegra.

EM No 00360 MRE

Brasília, 5 de agosto de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Sultanato de Omã.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA*
CPF.: 533.382.867-91
ID.: 7559 MRE

1953 Filha de Murillo Gurgel Valente e Roseny de Toledo Andrade Gurgel Valente, nasce em 2 de maio, em Ottawa, Canadá (brasileira de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946)

1975 Biologia pela Universidade da Califórnia em Los Angeles/EUA

1978 Carreira Diplomática, concurso direto, em 1 de novembro

1978 CPCD - IRBr

1978 Terceira Secretária em 1º de dezembro

1978 Coordenadoria Técnica, assistente

1979 Departamento de Comunicações e Documentação, assessora

1980 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente

1980 Segunda Secretária em 20 de novembro

1983 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Adjunto

1984 CAD - IRBr

1985 Consulado em Sydney, Encarregada do Consulado

1987 Primeira Secretária, por merecimento, em 17 de dezembro

1988 Departamento de Comunicações e Documentação, assessora

1989 Divisão de Documentação, Chefe

1991 Embaixada em Copenhague, Primeira Secretária

1994 Departamento do Serviço Exterior, assessora

1994 Conselheira, por merecimento, em 30 de junho

1994 Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, Chefe

1995 Delegação junto à ALADI, Montevidéu, Conselheira

1995 Conferência do IV Forum Euro Latino-Americano, Montevidéu, Chefe de delegação

1996 XX Reunião Ordinária da Conferência de Ministros de Transportes, Comunicações e Obras Públicas da América do Sul, Montevidéu, Chefe de delegação

1996 XX Reunião Ordinária da Conferência de Reunião Especial de Turismo no âmbito do Mercosul, Montevidéu, Chefe de delegação

1997 Representação junto à FAO, Roma, Representante Permanente Alterna

1998 30ª e 31ª Reunião do Grupo Intergovernamental de Fibras Duras, Roma, Chefe de delegação (1998 e 2000)

1998 1a e 2a. Sessões do GT Técnico Intergovernamental para Recursos Genéticos Animais, Roma, Chefe de delegação

1998 Painel de Peritos para a Preparação da Estratégia Global para Recursos Genéticos Animais, Roma, Chefe de delegação

1998 V e VI Sessão do Comitê sobre Medidas Fitossanitárias, Roma, Chefe de delegação (1998 e 2000)

2000 29a. Sessão da Reunião Intergovernamental sobre Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, Roma, Chefe de delegação

2000 CAE - IRBr Tese: Política de Doação de Alimentos. Uma linha de Ação Diplomática.

2001 Divisão do Meio Ambiente, Chefe

2001 I e II Reunião do GT Ad Hoc sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção sobre Diversidade Biológica, Bonn e Montreal, Chefe de delegação

2001 II e III Reunião do Comitê Intergovernamental do Protocolo de Cartagena, Nairobi e Haia, Chefe de delegação (2001 e 2002)

2001 Conferência Internacional sobre Água Doce, Bonn, Chefe de delegação

2002 I e II Reunião Ministerial de Países Megadiversos Afins, Cancún e Cuzco, Chefe de delegação (2002 e 2003)

2002 I Reunião das Partes da Convenção Interamericana para a Proteção de Tartarugas Marinhas, São José, Chefe de delegação

2002 IX Reunião das Partes da Convenção CITES, Santiago, Chefe de delegação

2002 XIII Reunião das Partes da Convenção Ramsar, Valência, Chefe de delegação

2002 Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 30 de dezembro

2003 III Fórum Mundial da Água, Quioto, Chefe de delegação

2003 III e IV Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, Genebra, Chefe de delegação (2003 e 2004)

2003 XI Reunião das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, Havana, Chefe de delegação

2003 II Reunião do GT sobre o Artigo 8j da Convenção sobre Diversidade Biológica, Montreal, Chefe de delegação

2004 VII Reunião das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, I Reunião da COP/MOP do Protocolo de Cartagena Kuala Lumpur, Chefe de delegação

2004 Embaixada em Londres, Ministra-Conselheira

2004 1ª Reunião do Grupo de Peritos sobre os Termos do Acordo sobre Transferência de Material, Bruxelas, Chefe de Delegação

2005 3ª Reunião do GT sobre Acesso a Recursos Genéticos, Bangkok, Chefe de delegação

2007 Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos, Diretora

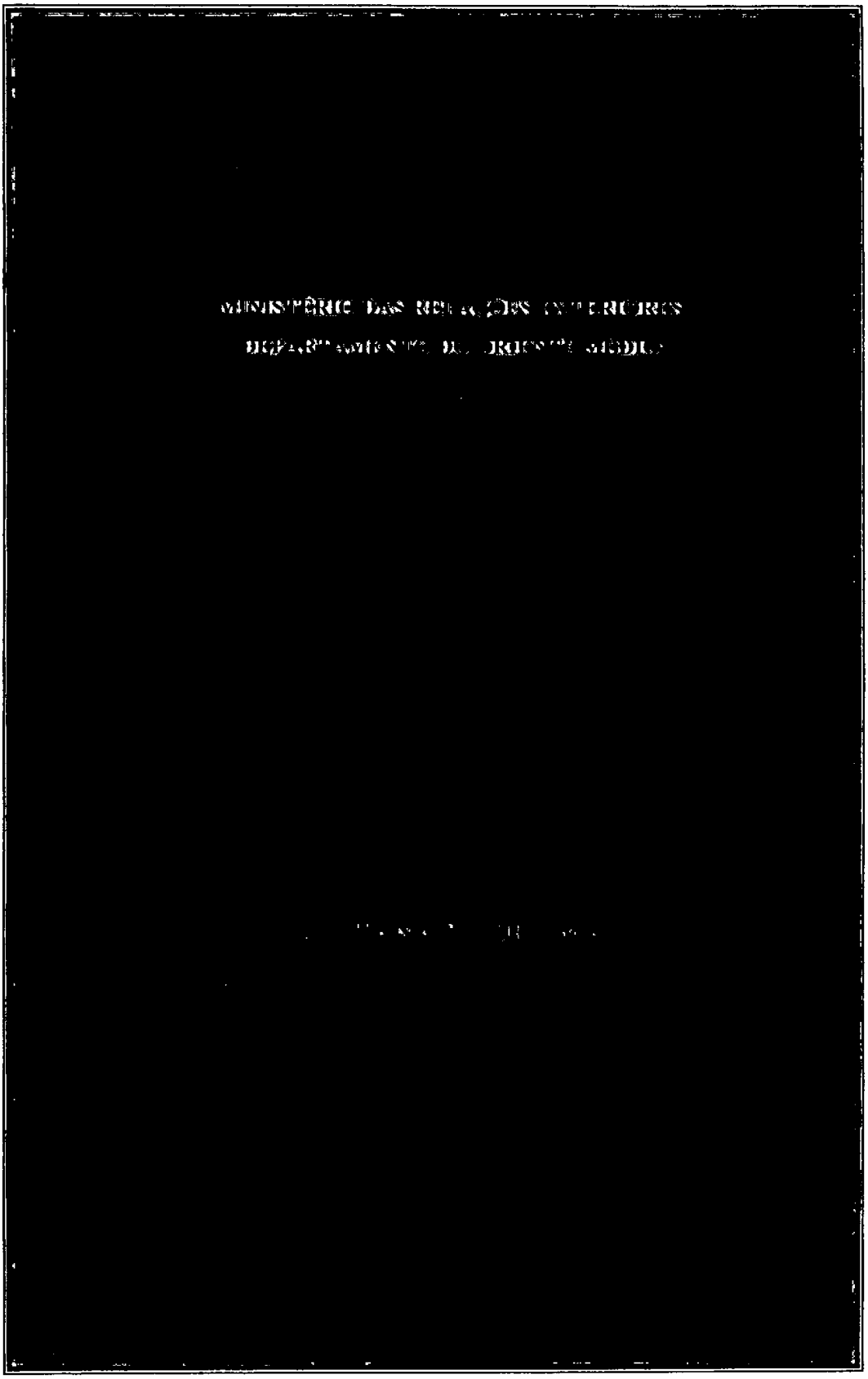
2007 XIX Reunião do Foro Especializado Migratório da Reunião de Ministros do Interior do Mercosul e Estados Associados, Assunção, Chefe de delegação

2007 VII Conferência Sul-Americana sobre Migrações, Caracas, Chefe da delegação

2008 I Foro Ibero-Americano sobre Migração e Desenvolvimento, Cuenca, Equador, Chefe

2009 Ministra de Primeira Classe, por merecimento, em 28 de dezembro

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



ÍNDICE

1. DADOS BÁSICOS 3

2. PERFIS BIOGRÁFICOS 5

3. LISTA DE AUTORIDADES LOCAIS .....

4. SÍNTESE HISTÓRICA 7

5. INDICADORES SOCIAIS, ECONÔMICOS E COMERCIAIS 8

6. POLÍTICA INTERNA 9

7. SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA 9

8. POLÍTICA EXTERNA 9

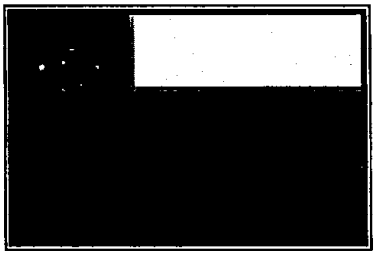
9. QUADRO DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-OMÃ 9

9.1 VISITAS OFICIAIS DA PARTE BRASILEIRA 9

9.2 VISITAS OFICIAIS DA PARTE DE OMÃ 9

10. ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR 9

1. DADOS BÁSICOS





NOME OFICIAL: Sultanato de Omã
Área: 212.460 km² (pouco menor que a área do Estado de Roraima)
Hora local: 7 horas a mais que o Brasil
Clima: árido tropical
Capital: Mascate
Principais cidades: Mascate, Nizwa, Sur, Sohar
População: 3,3 milhões de habitantes (est. CIA julho de 2008)
Nacionalidade: omani
Composição étnica: árabes omanis 73,5%, paquistaneses 21%, outros 5,5%
Idioma: árabe (oficial), inglês muito difundido
Religião: islamismo 75% (abaditas 56%; outras confissões muçulmanas 19%), hinduísmo 25%
Regime: Monarquia
Divisão administrativa: 5 regiões e 4 governadorias
Chefe de Estado e de Governo: Qaboos Bin Said, Sultão de Omã **Ministro dos Negócios Estrangeiros:** Yousef bin Alawi Bin Abdullah
Partidos: não existem
Constituição: Lei Básica do Sultanato de Omã (Decreto Real nº 101, de 6 de novembro de 1996)

Omã

ECONOMIA
Moeda: Rial omani (RO)
Cotação para US$:1,00: RO 0,38; ou US$ 2,60 por RO 1,00
PIB: US$ 40,5 bilhões (CIA, est. 2007)
DEFESA No total, o contigente é de 41,7 mil, sendo 25 mil no Exército; 4,2 mil na Marinha, 4,1 mil na Aeronáutica; 6,4 mil na Guarda Real e 2 mil soldados estrangeiros. As forças paramilitares somam 4,4 mil soldados. Gastos: US$ 252,9 milhões (2005) *Fonte: Internacional Institute for Strategic Studies, The Military Balance 2005/06*
EMBAIXADA NO BRASIL: a Embaixada de Omã em Brasília iniciou suas atividades oficialmente em 25 de janeiro de 2010. Endereço provisório: Hotel Meliá Tryp Brasil 21 Convention – Brasília SHS Quadra 6 Bloco B – apartamento 1802 Asa Sul – CEP 70.316.000 Telefones: (5561)32184700 (apartamento 1802)/32187910 Fax: (5561)32187911 Representante diplomático: Embaixadora Hunaina Sultan al Mughairi (residente em Washington, apresentou credenciais ao Senhor Presidente da República em 05/05/2010) Encarregado de Negócios residente: Primeiro-Secretário Omar Bin Said Al-Kathiri
REPRESENTAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA: **Embaixada em Mascate** Endereço: P.O.Box 1149 - PC 133, Al Khuwair, Way 1521, Villa 1424 Madinat Al Ilam (Information City) Mascate- Omã. Telefones: Geral: (00968) 2464-0100 Encarregado-de-Negócios - direto: (00968) 2464-0177. Celular (Encarregado-de-Negócios) – (00968)- 970-979-53 Celular (plantão) – (00968)-970-979-54 Fax: (00968)- 2464-0181. E-mail geral: brasembmascate@mre.gov.br

E-mail Encarregado-de-Negócios: staam@mre.gov.br /sertaam@yahoo.com

Encarregado-de-Negócios : Conselheiro Sérgio Taam

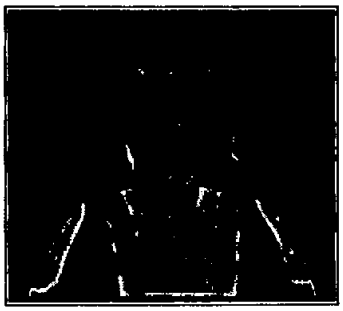
Segundo diplomata: Terceiro-secretário Filipe Thomaz Mallet

Residência oficial

Endereço: P.O.Box 1149 - PC 133, Al Khuwair, Way 3052, Villa 4212 Shatti Al Qurum Muscat-Oman.
Telefone residencial: (+968) 2469-1060

NOTA: a Embaixada do Brasil junto ao Sultanato de Omã, com sede em Mascate, foi criada pelo Decreto nº 6.432, de 14 de abril, publicado no Diário Oficial da União de 15 de abril de 2008 .Em vista do que precede, ficou revogado o inciso XLIII do Decreto nº 5.073, de 10 de maio de 2004, que estabelecia a cumulatividade da Embaixada em Mascate com a Embaixada em Riade.
Brasemb Omã passou a operar em 20 de janeiro de 2009.(fax 02, de mesma data).

2. PERFIS BIOGRÁFICOS



CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO
SUA MAJESTADE O SULTÃO QABOOS BIN SAID

Nasceu em 18 de novembro de 1940, em Salalah. Solteiro.

Com 16 anos foi enviado por seu pai para uma instituição particular de ensino na Inglaterra. Aos 20 anos entrou para a Royal Military Academy, em Sandhurst, na Inglaterra. Integrou o Exército britânico e fez parte, por um ano, de Batalhão de Infantaria, em operações na

Alemanha. Ao retornar a Omã em 1964, estudou por 6 anos em Salalah sobre o Islã e a história de seu país e de seu povo.

Carreira Política e Profissional:

Subiu ao trono em 23 de julho de 1970, após a deposição de seu pai. Desde então, começou a lenta trajetória para o desenvolvimento e para a modernização. Este foi um longo e árduo processo, particularmente nos primeiros cinco anos do reinado.



YOUSSEF BIN ALAWI BIN ABDULLAH

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Nasceu em Salallah em 1942. Casado.

Realizou seus estudos em Omã, com conclusão do curso secundário no Egito. Estudou ciências políticas em universidade no Reino Unido.

Carreira Política e Profissional:

- Diplomata de carreira, foi admitido no serviço diplomático em outubro de 1970. Serviu no Cairo e em Beirute e, após ter sido promovido a Embaixador, em 1973, foi nomeado Chefe da Missão Diplomática do Sultanato em Beirute.

No Ministério dos Negócios Estrangeiros, exerceu, entre outras, as seguintes funções:

- Subsecretário de Negócios Estrangeiros (1974);
- "Minister of State for Foreign Affairs" (1982); e, a partir de 1997,
- Ministro Responsável pelos Negócios Estrangeiros (o titular da Pasta é o próprio Sultão Qaboos, que delega funções, no plano operativo, ao Ministro Abdullah).

3. SÍNTESE HISTÓRICA

Localizado no extremo leste da península Arábica, no sudoeste da Ásia, o Sultanato de Omã, com população árabe e muçulmana, recebe influência da Índia, do Paquistão e do Irã. Seu território fica ao sul do estreito de Ormuz, por onde passam dois terços do tráfego petrolífero mundial. A população, constituída majoritariamente de omanis (73,5%), é integrada por minorias de indianos, bengalis e paquistaneses.

A região onde se encontra o atual Sultanato é islamizada em meados do século VII e, no início do século seguinte, é submetida ao Califado de Bagdá. Em 751, o país afasta-se da ortodoxia muçulmana sunita, adotando o abadismo, seita xiita, de caráter severamente puritano. Segue-se um governo de imãs (chefes espirituais) eleitos. No começo do século XVI, os portugueses tomam posse da região e aproveitam as relações comerciais entre Omã e a costa da África para incrementar o tráfico de escravos. Em 1659, os portugueses são expulsos pelos otomanos. A partir de 1737, a área volta ao domínio persa, logrando a independência em 1741, num movimento liderado por Ahmed bin Said, antigo cameleiro iemenita que se faz imã e funda a dinastia que ainda hoje está no poder. Seu sobrinho, Said bin Sultan, conquista grande parte da costa africana, a costa sul do Irã e parte do Paquistão. Said bin Sultan muda a capital do país para a ilha de Zanzibar (leste da África). A partir da primeira geração de seus sucessores, porém, a região torna-se protetorado do Reino Unido. Adquire independência formal em 1951, mas as Forças Armadas continuam a ser comandadas pelos ingleses. O petróleo é descoberto no país em 1964.

Em julho de 1970, o príncipe herdeiro Qaboos bin Said depõe o então monarca, seu pai, e assume o poder. Em 1975, o país, até então conhecido como Mascate e Omã, adota o nome de Sultanato de Omã e no ano seguinte é admitido na ONU. Os lucros obtidos com o petróleo possibilitam sua rápida modernização.

A aliança com os Estados Unidos, a Revolução Iraniana (1979) e a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) fazem de Omã peça importante na geopolítica regional. Em 1980, o Sultão permite aos EUA o uso da ilha Masira como base militar. Omã une-se a outras seis nações em 1981 para formar o Conselho de Cooperação do Golfo.

Omã

4. INDICADORES SOCIAIS, ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Crescimento do PIB[1]: 2,7%

PIB nominal[1]: US$ 53,677 bilhões

PIB *per capita* PPP[1]**:** US$ 23.477 mil

Exportações[1]**:** US$ 29,393 bilhões fob

Importações[1]: US$ 18,427 bilhões fob

Pauta de exportação: petróleo bruto e refinado, gás e reexportações.

Pauta de importação: maquinaria e equipamento de transporte; bens manufaturados; alimentos e animais vivos; bebidas e tabaco; minerais, combustíveis e lubrificantes; óleos animais e vegetais.

Principais parceiros comerciais (2008, The EIU):

1. **Exportações:** China (30,9%), Coréia do Sul (16,1%), Japão (15,7%), Tailândia (7,7%) e Emirados Árabes Unidos (7,1%).

2. **Importações:** Japão (19,2%), Emirados Árabes Unidos (17,7%), Estados Unidos (6,9%), Alemanha (6,7%) e Coréia do Sul (4,3%).

(1) 2009 estimativa: *The Economist Intelligence Unit, Country Report: January 2010*

População (em milhões de habitantes)	2,51	2,58	2,74	2,88	2,98
Crescimento real do PIB (%)	5,8	7,5	5,8[1]	6,4	2,7
Reservas internacionais (US$ milhões)	4.358	5.014	9.524	11.582	12.783
Câmbio (US$)	0,385	0,385	0,385	0,385	0,385

Fonte: *The Economist Intelligence Unit, Country Report January 2010*
[1] estimativa

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008	2009[1]
Exportações (fob)	12.723	17.416	24.094	22.793	32.191	5.018
Importações (cif)	7.670	9.628	11.566	15.786	22.653	3.911
Saldo comercial	5.053	7.788	12.528	7.007	9.538	1.107
Intercâmbio comercial	20.393	27.044	35.660	38.579	54.844	8.929

Fontes: Central Bank of Oman, Annual Report 2003; The Economist Intelligence Unit, Country Report September 2006; The Economist Intelligence Unit, Country Report December 2008.
[1] janeiro-março (última posição disponível em 05/10/2009)

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US$ milhões)	2006	2007	2008[1]
A. Balança comercial (líquido - fob)	11.707	10.349	17.012
Exportações	21.587	24.692	37.719
Importações	9.880	14.343	20.707
B. Serviços (líquido)	-2.587	-3.245	-4.148
Receita	1.311	1.631	1.974
Despesa	3.898	4.876	6.122
C. Renda (líquido)	-665	-754	-2.160
Receita	1.742	2.190	1.055
Despesa	2.408	2.944	3.215
D. Transferências unilaterais (líquido)	-2.788	-3.670	-5.181
E. Transações correntes (A+B+C+D)	5.666	2.680	5.523
F. Conta de capitais (líquido)	-96	827	-52
G. Conta financeira (líquido)	-3.345	3.126	-2.670
Investimentos diretos (líquido)	1.412	2.880	2.703
Portfolio (líquido)	-219	2.140	-1.647
Outros	-4.538	-1.894	-3.726
H. Erros e Omissões	-18	-344	-972
I. Saldo (E+F+G+H)	2.207	6.289	1.829

Fonte: MRE/DPR/DIC, com base em dados do *FMI – International Financial Statistics, CD September 2009*
(1) Última posição disponível em 05/10/2009

Omã

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 (1)(2)	% no total
EXPORTAÇÕES:								
China	5.573	23,1%	6.108	26,8%	9.962	30,9%	1.307	26,0%
República da Coréia	4.662	19,4%	3.467	15,2%	5.177	16,1%	842	16,8%
Japão	2.568	10,7%	3.257	14,3%	5.056	15,7%	597	11,9%
Tailândia	2.518	10,4%	2.382	10,5%	2.490	7,7%	330	6,6%
Emirados Árabes Unidos	1.478	6,1%	1.743	7,6%	2.282	7,1%	381	7,6%
Irã	786	3,3%	927	4,1%	1.214	3,8%	203	4,0%
Estados Unidos	873	3,6%	989	4,3%	814	2,5%	214	4,3%
Malásia	804	3,3%	426	1,9%	598	1,9%	172	3,4%
Cingapura	205	0,8%	236	1,0%	452	1,4%	185	3,7%
Arábia Saudita	254	1,1%	312	1,4%	408	1,3%	63	1,3%
Índia	226	0,9%	273	1,2%	358	1,1%	56	1,1%
Países Baixos	0	0,0%	82	0,4%	245	0,8%	5	0,1%
Brasil	*1*	*0,0%*	*6*	*0,0%*	*0*	*0,0%*	*0*	*0,0%*
SUBTOTAL	19.965	82,9%	20.206	88,6%	29.058	90,3%	4.356	86,8%
DEMAIS PAÍSES	4.129	17,1%	2.587	11,4%	3.133	9,7%	662	13,2%
TOTAL GERAL	24.094	100,0%	22.793	100,0%	32.191	100,0%	5.018	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD September 2009

Países listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2008

(1) janeiro-março

(2) Última posição disponível em 05/10/2009

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 (1)(2)	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Japão	1.903	16,5%	2.764	17,6%	4.343	19,2%	564	14,4%
Emirados Árabes Unidos	2.554	22,4%	3.060	19,4%	4.007	17,7%	669	17,1%
Estados Unidos	939	8,1%	1.166	7,4%	1.557	6,9%	325	8,3%
Alemanha	824	5,4%	823	5,2%	1.525	6,7%	156	4,0%
República da Coréia	379	3,3%	597	3,8%	977	4,3%	219	5,6%
Reino Unido	429	3,7%	591	3,7%	877	3,9%	119	3,0%
China	373	3,2%	603	3,8%	861	3,8%	179	4,6%
Índia	503	4,3%	651	4,1%	823	3,6%	218	5,6%
Itália	272	2,4%	455	2,9%	668	2,9%	150	3,8%
Áustria	227	2,0%	337	2,1%	638	2,8%	90	2,3%
Arábia Saudita	411	3,6%	484	3,1%	634	2,8%	106	2,7%
Tailândia	256	2,2%	309	2,0%	587	2,6%	150	3,8%
França	218	1,9%	534	3,4%	538	2,4%	110	2,8%
Países Baixos	226	2,0%	338	2,1%	498	1,9%	92	2,4%
Bareine	243	2,1%	287	1,8%	376	1,7%	63	1,6%
Brasil	*86*	*0,8%*	*103*	*0,7%*	*135*	*0,6%*	*33*	*0,8%*
SUBTOTAL	9.662	83,5%	13.121	83,1%	18.943	83,6%	3.240	82,8%
DEMAIS PAÍSES	1.904	16,5%	2.665	16,9%	3.710	16,4%	671	17,2%
TOTAL GERAL	11.566	100,0%	15.786	100,0%	22.653	100,0%	3.911	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD September 2009

Países listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2008

(1) janeiro-março

(2) Última posição disponível em 05/10/2009.

Omã

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 (1)	% no total
EXPORTAÇÕES:								
China	5.573	23,1%	6.108	26,8%	9.962	30,9%	1.307	26,0%
República da Coréia	4.662	19,4%	3.467	15,2%	5.177	16,1%	842	16,8%
Japão	2.568	10,7%	3.257	14,3%	5.058	15,7%	597	11,9%
Tailândia	2.518	10,4%	2.382	10,5%	2.490	7,7%	330	6,6%
Emirados Árabes Unidos	1.478	6,1%	1.743	7,6%	2.282	7,1%	381	7,6%
Irã	786	3,3%	927	4,1%	1.243	3,9%	203	4,0%
Estados Unidos	873	3,6%	989	4,3%	814	2,5%	214	4,3%
Malásia	804	3,3%	426	1,9%	598	1,9%	172	3,4%
Cingapura	205	0,8%	236	1,0%	452	1,4%	185	3,7%
Arábia Saudita	284	1,2%	312	1,4%	408	1,3%	68	1,3%
Índia	226	0,9%	273	1,2%	358	1,1%	56	1,1%
Países Baixos	8	0,0%	82	0,4%	245	0,8%	0	0,0%
Brasil	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
SUBTOTAL	19.965	82,9%	20.206	88,6%	29.058	90,3%	4.356	86,8%
DEMAIS PAÍSES	4.129	17,1%	2.587	11,4%	3.133	9,7%	662	13,2%
TOTAL GERAL	24.094	100,0%	22.793	100,0%	32.191	100,0%	5.018	100,0%

Fonte: MRE/DPR/DIC, com base em dados do *FMI – Direction of Trade Statistics, CD September 2009*
(1) janeiro-março
(2) Última posição em 05/10/2009

Omã

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 (1)	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Japão	1.903	16,5%	2.784	17,6%	4.343	19,2%	564	14,4%
Emirados Árabes Unidos	2.594	22,4%	3.060	19,4%	4.007	17,7%	669	17,1%
Estados Unidos	939	8,1%	1.165	7,4%	1.557	6,9%	325	8,3%
Alemanha	624	5,4%	823	5,2%	1.525	6,7%	155	4,0%
República da Coréia	379	3,3%	597	3,8%	977	4,3%	219	5,6%
Reino Unido	429	3,7%	591	3,7%	877	3,9%	119	3,0%
China	373	3,2%	603	3,8%	851	3,8%	179	4,6%
Índia	503	4,3%	551	3,5%	823	3,6%	218	5,6%
Itália	272	2,4%	455	2,9%	668	2,9%	150	3,8%
Austrália	227	2,0%	337	2,1%	638	2,8%	90	2,3%
Arábia Saudita	411	3,6%	484	3,1%	634	2,8%	106	2,7%
Tailândia	255	2,2%	309	2,0%	587	2,6%	50	1,3%
França	218	1,9%	534	3,4%	538	2,4%	110	2,8%
Países Baixos	226	2,0%	338	2,1%	406	1,8%	92	2,4%
Bareine	243	2,1%	287	1,8%	376	1,7%	63	1,6%
Brasil	*66*	*0,6%*	*103*	*0,7%*	*135*	*0,6%*	*33*	*0,8%*
SUBTOTAL	9.662	83,5%	13.121	83,1%	18.943	83,6%	3.240	82,8%
DEMAIS PAÍSES	1.904	16,5%	2.665	16,9%	3.710	16,4%	671	17,2%
TOTAL GERAL	11.566	100,0%	15.786	100,0%	22.653	100,0%	3.911	100,0%

Fonte: MRE/DPR/DIC, com base em dados do *FMI – Direction of Trade Statistics, CD September 2009*
(1) janeiro-março
(2) Última posição em 05/10/2009

Omã

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2008(1)	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	29.218	77,5%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	3.000	8,0%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	702	1,9%
Subtotal	**32.920**	**87,3%**
Demais Produtos	**4.799**	**12,7%**
Total Geral	**37.719**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	5.778	25,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.879	16,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.508	6,6%
Obras de ferro fundido, ferro e aço	1.444	6,3%
Ferro fundido, ferro e aço	1.134	4,9%
Plásticos e suas obras	861	3,8%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	681	3,0%
Cobre e suas obras	665	2,9%
Cereais	538	2,3%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	494	2,2%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	310	1,4%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	282	1,2%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas	274	1,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	251	1,1%
Aviões e outros aparelhos aéreos	248	1,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	243	1,1%
Alumínio e suas obras	236	1,0%
Subtotal	**18.826**	**82,1%**
Demais Produtos	**4.099**	**17,9%**
Total Geral	**22.925**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTADATC/Trademap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível em 05/10/2009.

Omã

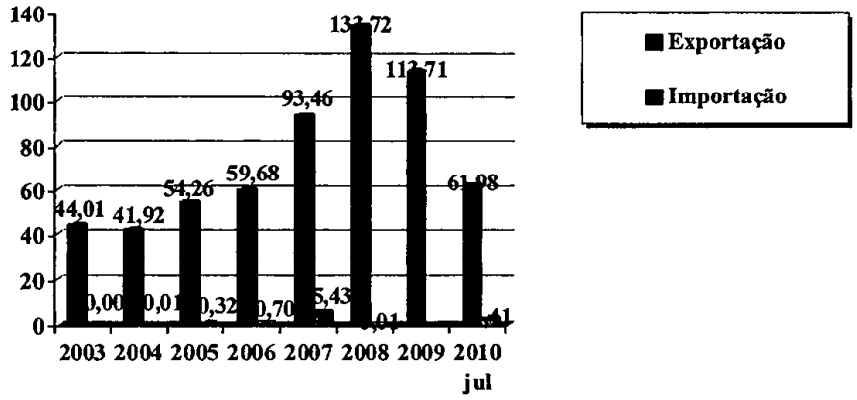
Variação (%) em relação ao ano anterior	9,0	43,5	-4,7	29,42	10,0	56,5	43,1	-15,0	
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	
Variação (%) em relação ao ano anterior	-9,5	-84,2	311	2.415,3	124,1	640,7	-99,8	7271,4	
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Variação (%) em relação ao ano anterior	9,0	43,4	-4,7	30,1	10,7	63,6	35,2	-14,6	
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	

Fonte: *MDIC/SECEX/Sistema ALICE – julho de 2010*

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – OMÃ

2003 - 2010

US$ milhões (fob)



Fonte: SECEX – MDIC

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – OMÃ (US$ mil – fob)	2003	% no total	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total	2007[1]	% no total	2008	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES (principais produtos e grupos de produtos)														
Carne de frango	28.566	65,0	25.403	60,6	35.500	65,4	26.813	45,0	40.391	43,2	69.860	52,2	56.854	50,0
Miúdos de frango	1.987	4,5	2.903	7,0	4.251	7,8	5.349	9,0	11.137	12,0	16.055	12,0	16.521	14,53
Tratores e retroescavadeiras	1.665	3,8	1.281	3,1	1.989	3,6	5.498	9,1	9.137	9,8	8.369	6,3	395	0,35
Máquinas carregadoras	-	-	-	-	-	-	668	1,1	2.897	3,1	6.540	5,0	642	0,56
Enchidos de carne	1.823	4,1	2.579	6,15	3.288	6,1	-	-	4.339	4,6	5.399	4,0	6.707	5,90
Ovos	-	-	-	-	-	-	96	0,2	217	0,2	5.014	3,7	4.310	3,79
Óleo de soja	-	-	-	-	-	-	-	-	3.909	4,2	4.044	3,0	674	0,59
Subtotal	**34.041**	**77,4**	**32.166**	**76,85**	**45.028**	**82,9**	**38.424**	**64,4**	**72.027**	**77,1**	**115.281**	**86,2**	**86.103**	**75,72**
Demais Produtos	**9.972**	**22,6**	**9.763**	**23,15**	**9.237**	**17,1**	**21.233**	**35,6**	**21.436**	**22,9**	**18.442**	**13,8**	**27.607**	**24,28**
TOTAL GERAL	**44.013**	**100**	**41.929**	**100**	**54.265**	**100**	**59.657**	**100**	**93.463**	**100**	**133.723**	**100**	**113.710**	**100**
IMPORTAÇÕES (principais produtos e grupos de produtos):														
Pedras e suas obras (mármore)	-	-	-	-	-	-	-	-	12,23	0,23	7,21	100	57,32	11,11
Plásticos e suas obras (chapas)	-	-	-	-	297,94	90,95	724,65	98,75	411,24	7,57	-	-	458,57	88,89
Vestuário e seus acessórios	-	-	13,38	100	29,61	9,04	9,20	1,25	5.007,06	92,22	-	-	-	-
Cromita (minérios de cromo)	3,20	98,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	**3,20**	**98,40**	**13,38**	**100**	**327,55**	**99,99**	**733,85**	**100**	**5.430,53**	**100**	**7,21**	**100**	**515,89**	**100**
Demais Produtos	**0,05**	**1,60**	-	-	**0,07**	**0,01**	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	**3,25**	**100**	**13,38**	**100**	**327,62**	**100**	**733,85**	**100**	**5.430,53**	**100**	**7,21**	**100**	**515,89**	**100**

Fonte: MDIC/ALICEWEB (fevereiro de 2010)

5. POLÍTICA INTERNA

A partir da queda do anterior Sultão, Said bin Taimurpor, em 1970, orquestrada por seu próprio filho e atual monarca, Qaboos bin Said, o país deu início a um processo de modernização estrutural. Trata-se de um projeto financiado pela receita proveniente do petróleo, cujas metas são determinadas por planos qüinqüenais. Segundo estimativas de autoridades locais, a economia omani deverá apresentar, por volta de 2020, maior diversificação de setores, com menor dependência do petróleo e níveis de poupança e investimento mais altos.

O Poder Executivo é exercido pelo Gabinete de Ministros (em número de 23), que responde coletivamente à autoridade incontrastável do soberano. Acordos e tratados internacionais são aprovados e assinados pelo Sultão e entram em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial. O Sultão acumula os cargos de Primeiro-Ministro, Ministro da Defesa, Ministro da Economia e Ministro das Relações Exteriores.

Para organizar as atividades do Estado, o Sultão expediu, em 1996, o Estatuto Básico do Estado (Livro Branco), que garante, entre outras coisas, a estabilidade política e social do país e os direitos e liberdades individuais. O documento estabeleceu procedimento especial para a sucessão ao trono (o soberano não tem herdeiros) e criou o Conselho do Estado, o qual, com o Conselho Consultivo, forma o Conselho de Omã, órgão assessor com algumas funções de índole legislativa.

O Conselho de Estado (*Majlis Al Dawla*) atua como Câmara Alta e tem papel importante no desenvolvimento do país. Composto presentemente de 53 membros (o número de integrantes não pode exceder o número de membros do Conselho Consultivo), nomeados pelo Sultão, o Conselho se reúne quatro vezes por ano, ainda que possa ser convocado extraordinariamente. A escolha de membros recai, sobretudo, em antigos ministros, embaixadores, juízes superiores e altos funcionários públicos, bem como em empresários, personalidades dos meios científicos, culturais e acadêmicos e pessoas que prestaram relevantes serviços ao país. O *Majlis Al Dawla* examina matérias que lhe são submetidas, prepara estudos sobre o desenvolvimento e sobre a resolução de problemas, se manifesta sobre questões de coesão e unidade, revê projetos de lei sobre a estrutura governamental e pode propor emendas.

O Conselho Consultivo, criado em 1991, é formado por 82 membros, os quais são eleitos por três anos e representam as províncias do país. O eleitorado compreende, atualmente, 175 mil homens e mulheres, de idade igual ou superior a 21 anos. As mulheres podem ser candidatas a vagas no Conselho. O presidente do órgão é escolhido pelo Sultão, mas os dois vice-presidentes são escolhidos pelos membros do Conselho, em votação secreta. Compete ao Conselho examinar a legislação econômica e social, formular projetos de lei nas áreas econômica e social, manifestar-se

sobre questões que lhe sejam submetidas, participar da preparação dos planos de desenvolvimento e monitorar seu cumprimento, examinar questões relacionadas com os serviços de utilidade pública e examinar óbices ao comércio e ao funcionamento do setor privado, entre outros assuntos.

O Poder Judiciário é independente e exercido por intermédio dos tribunais. O Conselho Superior do Judiciário supervisiona o funcionamento correto dos tribunais e corpos auxiliares. Como a religião do Estado é o Islã, a Xariá constitui a base da legislação nacional. O sistema de direito no Sultanado é baseado na justiça, na consulta (por intermédio dos Conselhos de Estado e Consultivo) e na igualdade. Espera-se que, em futuro próximo, as eleições passem a ser diretas, com a participação de todos os cidadãos omanis com idade igual ou superior a 21 anos.

6 SITUAÇÃO ECONÔMICA

A economia omani, que, em 1964, dependia do setor agrícola e das atividades de pesca, começou a beneficiar-se, a partir de 1967, da produção e exportação de petróleo. Com a chegada do Sultão Qaboos ao poder, em 1970, o país começou a desenvolver-se e modenizar-se. O petróleo tem-lhe permitido promover o desenvolvimento econômico e social do país, com a implantação de infraestrutura de estradas, portos e aeroportos, bem como dos sistemas de telecomunicações e de radiodifusão.

A média de crescimento entre 1998 e 2007 foi de 4% ao ano. Tal índice esconde, porém, grande diferença entre taxas anuais, as quais variaram entre 7,5% em 2001 e -0,2% (recessão) em 1999, em razão do volume produzido e dos preços do petróleo. Esses efeitos extrapolam o mercado mineral, influenciando o restante da economia por meio da arrecadação e dos gastos governamentais e da confiança do setor privado. Por exemplo, o ano de 2001 apresentou, não por coincidência, receita oriunda do produto recorde, a qual diminuiu no biênio 2002-3 (média de 2,3% a.a.). O aumento do preço do barril compensou a queda no volume produzido nos dois anos seguintes, fazendo com que tal taxa alcançasse 5,4 e 5,8%.

A construção de duas usinas de gás natural liquefeito (GNL) e a crescente produção desse combustível elevou a produção industrial em 40 e 30% em 2000 e 2001, sendo responsável por cerca de 35% no aumento do PIB real nos referidos anos. O setor, porém, da mesma forma que o petróleo, depende de mercado volátil, o que se reflete nas taxas de crescimento industrial. A construção civil parece ter sido a maior beneficiada com a expansão desse novo ramo mineral, pois apresentou forte crescimento ligado ao setor de infraestrutura, com destaque para as indústrias da região de Sohar. Em 2004, impulsionada pela implantação de terceira usina em Sur em 2003, a construção civil atingiu índice de 32% crescimento.

Em 2009, no contexto da crise financeira internacional e consequente queda de preços e na demanda, o crescimento da economia omani foi de apenas 2,7%. A receita de exportações diminuiu 22%, da mesma forma que as importações, as quais decresceram 11%. Para o ano de 2010, o *Economist Intelligence Unit* prevê recuperação, com crescimento de 3,9%, em razão de crescente volume de petróleo produzido e exportado, bem como do aumento dos preços. Isso contribuirá, ainda, para a manutenção de um *superavit* em conta corrente no mesmo ano, grande parte devido ao aumento de 21% na receita de exportações. Em 2011, porém, a queda esperada no preço do barril deverá diminuir o saldo positivo em relação ao PIB para 3,3%, mas a demanda doméstica e o investimento governamental deverão sustentar a taxa de crescimento, prevista para 4,1%.

A queda na taxa de inflação esteve, em 2009, ligada ao declínio do preço do petróleo e de outras *commodities*. Em 2010 e 2011, os índices previstos devem permanecer baixos, em 3 e 1,8%, respectivamente (EIU). A taxa de câmbio fixa em relação ao dólar (OR0,3845=US$1,00) é assim mantida desde 1986, o que atesta o compromisso do Banco Central Omani com a paridade. O Governo de Omã já expressou, ademais, sua decisão de não aderir à futura moeda comum ao Conselho de Cooperação do Golfo. O câmbio fixo pode ser praticado devido à abundância de ativos internacionais e ao superávit no balanço de pagamentos.

À luz do anterior percebe-se que os principais indicadores econômicos permanecem ligados ao setor petrolífero, de modo que a economia omani continuará vulnerável não somente à tradicional volatilidade nos preços do produto, mas também, à queda na produção nacional. As reservas são limitadas e, progressivamente, de difícil extração, o que tende a diminuir a produtividade do setor (estima-se que, em níveis atuais de exploração, as jazidas serão exauridas em menos de 20 anos). A principal empresa do país, que detém os direitos de exploração até 2034, a *Petroleum Development Oman* (PDO), é composta de capital majoritariamente estatal, mas 34% das ações pertencem à *Royal Dutch Shell* (Holanda/Reino Unido), 4% à *Total* (França) e 2% à *Partex* (Portugal). Diferentemente dos demais países do Golfo, as reservas omanis são pequenas e de geologia complexa, o que obriga a extração num maior número de poços, porém durante período relativamente curto.

Neste cenário, é compreensível que a maior parte das concessões oferecidas sejam atribuídas a pequenas firmas, o que indicaria uma percepção de baixo potencial de exploração "unitário" das jazidas. Estratégia semelhante auxiliaria o Sultanato a minimizar o declínio da produção, mediante a atração de firmas menores dispostas a assumir os riscos de descoberta de novas reservas. O país assinou, em 2006, uma série de acordos com esse intuito: com a *Sinopec* (China), *PTT Exploration and Production* (PTTEP; Tailândia), *Total*, *Gulfstream Resources*

Canada, *Maesrk* (Dinamarca), *Nimr-Petroleum* (Arábia Saudita) e *Philips Petroleum*, *Triton Energy*, *Arco* e *Hunt Oil* (EUA).

Ao desenvolvimento de técnicas de "Enhanced Oil Recovery" (EOR), as quais visam ao aumento da produção mineral, soma-se grande esforço de diversificação da atividade econômica e de diminuição da dependência em relação ao combustível. Neste sentido, apesar de se inserir em mercado de funcionamento semelhante àquele do petróleo e de criar poucos empregos diretos, o gás natural desponta como primeira alternativa no ainda incipiente processo de diversificação. Descobertas de jazidas, no final dos anos 1980, permitiram ao país concentrar-se na exportação de gás natural liquefeito e em indústrias correlatas. A diminuição do valor do petróleo e gás poderá implicar, porém, desafios à diversificação econômica mais robusta, que poderá sofrer reveses associados à queda da arrecadação. Fora da atividade principal, destacam-se o turismo, a construção civil e a pesca (o Plano Qüinqüenal 2006-10 estabeleceu meta de crescimento de 7,5% para as atividades não-petrolíferas durante sua vigência).

Além da diversificação econômica, o segundo desafio ao Sultanato envolve a criação de postos de trabalho para atender uma população que cresce rapidamente. Em 2003, emendas à legislação trabalhista omani buscaram restringir o uso de mão de obra expatriada e impedir que estrangeiros fossem "patrocinados" por nacionais mediante pagamento, num sistema em que expatriados trabalhariam para um ou mais empregadores sem frequência regular. A figura do "sponsor" é requisito legal para a obtenção do visto ao país, e a "comercialização" de patrocínios dificulta o monitoramento dos trabalhadores estrangeiros. Ao mesmo tempo, estes estão vulneráveis a condições precárias de trabalho e ao desemprego. Neste sentido, o Ministério do Trabalho vem mantendo esforços no intuito de salvaguardar os interesses de empresários e empregados, criar um sistema de registro acurado e promover o desenvolvimento de uma força de trabalho local. As referidas emendas permitem, mediante autorização do Ministério, a transferência de patrocínios, porém proíbem que um trabalhador sirva a outro empregador, da mesma forma que proíbem à firma beneficiar-se do serviço de funcionário de outra empresa ou de trabalhador ilegal. A legislação reserva, ainda, profissões aos nacionais, entre as quais se destacam aquelas de baixa qualificação, englobando a tecelagem e o comércio de frutas de vegetais. Há quotas para nacionais, especialmente na iniciativa privada, na qual compõem apenas 18% da força de trabalho (enquanto no setor público são 84%). A dependência da indústria em mão de obra estrangeira reflete a baixa participação que a atividade secundária, sobretudo a de transformação, tem no PIB omani (8,3% em 2006) e soma dificuldade ao projeto de diversificação.

A "política de omanização" – de substituição de trabalhadores expatriados por locais – poderá, no entanto, ser flexibilizada, em grande medida devido a reivindicações de empresas

privadas, as quais protestam contra a "ética de trabalho" dos empregados nacionais. Prova disso foi a decisão de reverter decreto do governo que impedia a atuação de expatriados em determinadas profissões. As causas estariam, ademais, no maior custo associado ao emprego de mão de obra nacional e nos direitos adicionais de que gozam os trabalhadores omanis, bem como em certa preferência destes pelo serviço público. O êxito dessas medidas dependerá, também, da implementação de mercado comum do Conselho de Cooperação do Golfo, o qual permitiria a trabalhadores omanis migrar para outros países do bloco, na busca por melhor remuneração, diminuindo a oferta de mão de obra qualificada no Sultanato. Entre as políticas sociais deste está, pois, o investimento em educação, treinamento profissional e técnico de modo a qualificar a mão de obra local.

A necessidade de aumentar a participação do setor privado na economia, sobretudo no investimento, constitui o terceiro desafio omani. Com esse objetivo, o Governo permanece, desde, pelo menos, 2004, comprometido com processo de privatização econômica, com o qual acredita aumentar a eficiência e a competitividade dos serviços. Os setores de energia e de abastecimento de água foram os primeiros a serem oferecidos à iniciativa privada no final de 2005. No mesmo ano, a venda, restrita aos nacionais, de 30% das ações da *Oman Telecommunications Company* (*OmanTel*) foi aprovada. No ramo petrolífero, a *Al Maha* foi privatizada também em 2005, e projetos vêm sendo estudados para o setor de gás e demais companhias, tais como a *Oman Chromite*, *Oman Fisheries Company*, *Oman National Transport Company*, *Golden Tulip Hotel* e *Oman Post Company*.

Estima-se que, em 2020, a economia não seja dependente do petróleo, mas tenha se diversificado para setores não-petrolíferos, aumentando os níveis de poupança e investimento. A participação do setor petrolífero no PIB deverá cair para 9%, em 2020, em comparação com os 41%, em 1996. A contribuição do setor não-petrolífero deverá passar de 7,5% para 29%; e o setor de gás deverá contribuir com 10% para o PIB (comparados com 1%, em 1996). Entre as áreas a serem desenvolvidas, destaca-se o turismo, tendo em vista que Omã, pelo seu clima, pela diversidade de sua paisagem natural, pelos sítios arqueológicos e pelos monumentos históricos, poderá tornar-se efetivamente importante destino turístico.

7 POLÍTICA EXTERNA

A política exterior omani — de caráter pragmático, independente e pacífico — baseia-se numa visão realista do mundo e defende o equilíbrio de interesses, a tolerância para com opiniões contrárias e a procura de vantagens recíprocas como forma de promover o entendimento e a

cooperação internacionais, inclusive durante períodos de conflito. No plano político, o Governo Omani tem, consistentemente, enfatizado o desenvolvimento e a manutenção de boas e harmoniosas relações com os países vizinhos; o enfoque bilateral sem dogmatismo, mas tendo presente as realidades geopolíticas da região; e a procura da segurança, por meios pacíficos, do diálogo e da cooperação. Na área econômica, preconiza a abertura para o mundo, considerando as tradições marítimas do país. A política exterior é considerada moderada e, basicamente, pró-Ocidente.

Omã fixou suas fronteiras terrestres e marítimas de maneira pacífica e mediante negociações com o Paquistão (acordo em 2000), Arábia Saudita (acordo em 1992), Iêmen (acordo em 1995) e Emirados Árabes Unidos (acordo em 1999).

Em 1970, apenas Grã-Bretanha e Índia mantinham representante diplomático em Mascate. O Sultão Qaboos, entretanto, desde que assumiu o poder, tem procurado ampliar as relações externas. No presente, o sultanato mantém relações com 135 países, muito embora atribua prioridade a seu relacionamento com a Grã-Bretanha, Estados Unidos e países árabes e islâmicos.

Na área econômica, defende a economia de mercado como base para o seu desenvolvimento e aplica, consistentemente, os princípios estabelecidos pela Organização Mundial de Comércio (OMC). No âmbito do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), propugna a harmonização das economias, bem como a aproximação comercial e econômica com a União Européia. Como membro fundador da Associação da Orla do Oceano Indico para a Cooperação Regional, Omã procura melhorar as relações de comércio e investimentos com todos os seus integrantes, especialmente com a Austrália, Índia e Paquistão. De fato, é forte o relacionamento omani com a Ásia, adensado por constantes trocas de visitas de alto nível. A China representa o maior importador do petróleo de Omã, absorvendo 43% do volume total exportado do produto. A China é também o maior destino para as exportações omanis.

Omã foi a primeira nação árabe a estabelecer contatos diplomáticos com os EUA, na primeira metade do século XIX. Na época, o país já mantinha relacionamento histórico e estreito com a Grã-Bretanha e também França. O sultanato, quando de sua independência ao fim do protetorado britânico, assinou com a Grã Bretanha tratado de cooperação e amizade.

A Revolução Iraniana de 1979 e a I Guerra do Golfo transformaram Omã em peça importante da geopolítica regional. Em 1980, Omã e os Estados Unidos assinaram acordo militar que permitia aos últimos acesso às instalações das bases de Seeb, Masirah, Khasab e Thumrait, além dos portos de Mascate e Salalah. O acordo, renovado em 2001, autoriza o uso das bases apenas com aviso prévio e para propósitos específicos. As bases possuem instalações para a armazenagem de materiais de guerra e provimento de suporte logístico.

Durante a Guerra do Golfo (1990-91), instalaram-se no território do Sultanato bases aéreas estadunidenses e britânicas. O Governo de Omã colaborou intimamente com Washington e Londres em apoio às operações militares no Afeganistão e no Iraque.

Em 01/06/10, Omã manifestou-se acerca da agressão infligida no dia anterior por Israel às embarcações que compunham a denominada "Freedom Flotilla", que pretendia levar ajuda humanitária a habitantes da Faixa de Gaza. Um cidadão omani, jornalista do "Gulf News" encontrava-se a bordo de uma embarcação da Flotilha.

3. QUADRO DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-OMÃ

O Brasil reconheceu o Sultanato de Omã em 03 de junho de 1974. Em 30 de julho do mesmo ano, pelo decreto presidencial nr. 74.341, foi criada a Embaixada do Brasil no Sultanato, em caráter cumulativo, com Brasemb Riade.

A Embaixada do Brasil em Mascate foi criada formalmente por decreto de 15 abril de 2008. A decisão de abrir a nova representação levou em conta a localização estratégica do Sultanato de Omã, na entrada do Golfo Pérsico e o movimento de aproximação do Brasil dos países árabes, em especial após a criação do mecanismo América do Sul- Países Árabes (ASPA) em 2005. Brasemb Mascate iniciou suas operações em 20 de janeiro de 2009.

De seu lado, em 19 de outubro de 2009 um Decreto do Sultão Qaboos autorizou a criação da Embaixada de Omã residente no Brasil. Ao comunicar a notícia ao encarregado de negócios do Brasil na capital omani, o Embaixador Sayyid Badr al Busaidi (Secretário-Geral da Chancelaria local) afirmou que, apesar do momento de crise financeira internacional aconselhar cautela, a decisão de seu Governo de dar prioridade e urgência à criação da Embaixada em Brasília levou em conta o papel protagônico do Brasil em todos os temas de relevância regional e internacional, em múltiplas esferas, e respondeu ao desejo específico de Omã de desenvolver relação bilateral de parceria especial com o Brasil. A Missão diplomática omani em Brasília passou a funcionar oficialmente em 25 de janeiro de 2010.

No plano comercial, o relacionamento bilateral exibe cifras relativamente modestas. Em 2007, o intercâmbio comercial alcançou a cifra de US$ 99 milhões, dos quais US$ 93 milhões em exportações brasileiras e importações de US$ 5,4 milhões (o maior valor desde 1993). Em 2008, a corrente de comércio atingiu valor máximo (US$ 133,7 milhões), apesar da queda nas compras brasileiras, as quais somaram apenas US$ 7, 2 mil. O resultado foi, assim, o mais positivo que se tem registro, no mesmo valor das vendas. Em 2009, por sua vez, a crise financeira internacional fez cair o intercâmbio para US$ 114 milhões, sendo sua quase totalidade referente a vendas brasileiras

(as importações totalizaram US$ 516 mil). O maior produto da exportação brasileira é o frango congelado, responsável por mais de 50% do volume total exportado.

Em maio de 2008, a Vale assinou com o Governo omani um acordo para a construção de uma usina de pelotização de minério de ferro. O acordo prevê investimentos de US$ 1 bilhão na construção de uma fábrica com capacidade de produção de cerca de 10 milhões de toneladas por ano no Porto de Sohar. A construção – que chegará a empregar 4,5 mil trabalhadores – se iniciou no final de 2008, e a produção deverá começar no segundo semestre de 2010. Sohar fica a 250km da capital Mascate e é o terceiro maior porto de Omã. A área já conta com projetos de alumínio, metanol e fertilizantes, além de uma refinaria.

Os investimentos terão o formato de "joint-venture" entre a mineradora brasileira e o Governo omani. É intenção da CVRD utilizar a nova planta industrial como plataforma para a exportação de minério de ferro sob a forma de *pellets* para as indústrias siderúrgicas dos países do Oriente Médio e do sudeste asiático, definindo a opção estratégica da empresa em disputar mercados que, atualmente, respondem por somente 5% do seu faturamento. Os mercados médio-orientais crescem a taxas superiores à média mundial, o que impulsiona os investimentos da empresa na região. A CVRD estuda, ainda, a possibilidade de instalar outras indústrias para beneficiamento de minérios em Omã, aproveitando-se da estabilidade política do sultanato e das abundantes e baratas fontes energéticas do país.

Inicialmente, a previsão é de que a nova planta industrial processe cerca de 5 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo que, nos próximos anos, o volume importado do Brasil possa chegar a 7-8 milhões de toneladas/ano. O investimento da VALE é, segundo executivos da empresa brasileira, a maior inversão já realizada em setor econômico não-petrolífero em Omã.

No dia 29/05/10, a Vale S.A. assinou com a estatal Oman Oil Company (OOC) acordo de venda de 30% de participação na Vale Oman Pelletizing Company LLC, num valor de USD 125 milhões. Em almoço que se seguiu à cerimônia de assinatura do acordo, o presidente da Vale, Senhor Roger Agnelli, indicou às duas autoridades omanis presentes que a empresa estaria pronta para, juntamente com a Oman Oil, investir em novas áreas, notadamente exploração mineral (cobre e fosfato, por exemplo) em países da África como Moçambique, Congo e Marrocos.

INTERESSE OMANITA EM ACORDO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO COM O BRASIL

Em agosto de 2009, a Embaixada de Omã em Washington passou nota à Missão diplomática brasileira na capital norte-americana propondo a assinatura de acordo para evitar a dupla tributação e prevenir evasão fiscal. Mascate propôs a realização de eventual rodada de negociações no Brasil, no primeiro semestre de 2010, e encaminhou modelo de acordo a respeito para avaliação do Governo brasileiro.

Consultada a respeito da proposta, a Secretaria da Receita Federal do Brasil afirmou que a caracterização de Omã como "país com regime de tributação favorecida" na legislação brasileira obstaria, em princípio, a celebração de acordo bilateral para evitar dupla tributação com o Brasil.

8.1 VISITAS OFICIAIS DA PARTE BRASILEIRA

- Em fevereiro de 2005, o Ministro Celso Amorim esteve em Omã em visita oficial.

8.2 VISITAS OFICIAIS DA PARTE DE OMÃ

Em maio de 2005, o Sr. Mohammed Nasser Mansoor al-Khasibi, Secretário-Geral do Ministério da Economia, esteve presente à Cúpula América do Sul – Países Árabes, acompanhado de sua delegação.

Em novembro de 2008, o Ministro de Comércio e Indústria de Omã, Sr. Maqbool Ali Sultan, e o Ministro da Economia de Omã, Sr. Ahmed Macki, estiveram na Embraer durante visita ao Brasil. No primeiro semestre de 2009, Comitê de Avaliação da RAFO visitou o Brasil para série de vistorias técnicas.

9. ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR

Não existem acordos entre os dois países.

Aviso nº 578 - C. Civil.

Em 10 de agosto de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Sultanato de Omã.

Atenciosamente,

ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, 12/8/2010.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS: 14435/2010